

Deputados querem prerrogativas logo

73 SET 1985

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

A decisão da Comissão Interpartidária que examina a retomada das prerrogativas do Congresso de dispensar os debates com juristas e representantes da sociedade civil e de fixar o dia 31 de outubro como o prazo máximo para a apresentação da emenda, surpreendeu os presidentes do Senado e da Câmara.

José Fragelli e Ulysses Guimarães defendiam um longo exame da questão, para evitar uma decisão precipitada que acabasse por inverter os papéis, ou seja, transformar o Congresso de subpoder em superpoder da República, em vez do desejado equilíbrio e harmonia dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ambos os dirigentes do Congresso, contudo, foram vencidos pela maioria da comissão, que impaciente com a insistência das críticas da imprensa aos trabalhos parlamentares, a ponto de considerá-las "uma campanha sistemática de desmoralização do Parlamento", decidiu aprovar, ainda este ano, a Emenda das Prerrogativas.

MODERAÇÃO E CUIDADO

O PMDB, como o maior partido do Congresso e responsável, juntamente com o Partido da Frente Liberal, pela sustentação parlamentar do Governo, havia instruído a seus deputados e senadores que se conduzisse com moderação e muito cuidado no processo de retomada dos poderes do Congresso.

Cientes de que as emendas constitucionais são autopromul-

gadas pelos parlamentares, além de irrecorríveis, os dirigentes peemedebistas temiam uma reação emocional, provocada pelo noticiário negativo contra os deputados e senadores.

O problema maior para o PMDB e também para a Frente Liberal e outros setores menos engajados do PDS e dos pequenos partidos, como do próprio PDT de Leonel Brizola, é que a grande massa parlamentar não se contenta apenas em reaver os poderes que foram tomados ao Congresso pelos militares, em 1964.

Muitos parlamentares estão querendo se apoderar de prerrogativas tradicionalmente reservadas ao Executivo, como é

o caso das concessões de rádio e televisão, que eles querem passar para a órbita do Congresso, juntamente com a competência para cassar emissoras.

Os deputados querem, ainda, estender excessivamente o prazo de desincompatibilização de ministros, governadores, secretários de Estado e dirigentes de autarquias e empresas estatais. A Emenda Manoel Costa, por exemplo, que deverá ser votada juntamente com a convocação da Constituinte, estende este prazo de seis meses para um ano.

DITADURA DO CONGRESSO

Todos estes fatos preocupam o Governo e as cúpulas dos grandes partidos, que dizem não querer ver instalada no Brasil, o que consideram uma ditadura do Congresso, como poderia sugerir a efetivação dessas propostas.

Por esta razão, eles pretendiam que a votação da Emenda das Prerrogativas só ocorresse em 1986, quando julgam já ter se diluído a intensidade das críticas da imprensa aos trabalhos no Senado e na Câmara, que têm particularmente perturbado os parlamentares.

Os parlamentares se dizem vítimas de "críticas levianas e desmedidas, que não levam em conta a atividade parlamentar como um todo, concentrando-se apenas no plenário, o lugar por eles menos freqüentado, já que consideram sua presença mais útil nas comissões técnicas, nos Ministérios e nos contatos diretos com os eleitores nos Estados.

Eles querem agora revidar essas críticas enfeixando nas mãos o maior número de pode-

res possível, pois se julgam impotentes para conter as críticas da imprensa, que acusam de só divulgar a versão dos jornalistas, esquecendo-se de mostrar a versão parlamentar.

PONDERAÇÃO

Quando soube que a Comissão das Prerrogativas havia antecedido para este ano a votação da emenda, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB e agora na interinidade da Presidência da República, recomendou prudência e ponderação.

Embora manifestasse compreensão para com a apreensão dos parlamentares, Ulysses desaconselhou "os açodamentos e as precipitações", observando que o tempo é bom conselheiro. Ele insistiu, também, na audiência dos representantes da sociedade civil, mesmo que isso só se torne possível depois da votação da Emenda das Prerrogativas.

Ao mesmo tempo setores governamentais procuravam mobilizar as bancadas do PMDB e do PFL, que compõem a Aliança Democrática, com o fim de inviabilizar modificações constitucionais por eles consideradas descabidas.

Isto será possível com a mobilização de um terço de qualquer uma das Casas do Congresso, a exemplo do que foi feito no episódio da Emenda Roberto Cardoso Alves, que foi atropelada em abril último, por uma ação conjugada de governadores e ministros de Estado. A proposição queria estender o prazo de desincompatibilização de todos os ocupantes de cargos executivos, do prefeito ao ministro de Estado, para um ano.



CORREIO BRAZILENSE